

## O COOPERATIVISMO NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA:

a questão da capacitação e do financiamento público

*Joana D´arc Trovão Matos\**

### RESUMO

Este trabalho aborda o cooperativismo como uma forma alternativa de organização da produção e do trabalho, no atual contexto da política de geração de trabalho e renda; política essa submetida à reestruturação produtiva do capital sob a orientação neoliberal. Destaca a relação do Estado com o cooperativismo considerando a capacitação e o financiamento como linhas de ação materializadas em projetos e programas de geração de trabalho e renda criados nas três esferas de governo e voltados para a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Cooperativismo - Estado - Capacitação – Trabalho

### ABSTRACT

This Work tackles the co-operativism like a alternative form organization of production and work, in present political context of creation of work and income, this political is submitted at productive restructuration of capital below the neoliberal orientation. Exced the Estate´s relation with the co-operativism considering the enabletion and the financing like action´s lines materialized in plans and programs of works and income´s geration produced in three spheres of government and returneds to insertion of workers in the work market.

Key-words: Cooperativism – Estate – Training - Work

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aponta elementos referentes à influência do Estado sobre a experiência do cooperativismo a partir da mediação da política de geração de trabalho e renda centrada na capacitação e no financiamento público para esse fim. A atual política de capacitação para o trabalho envolve o cooperativismo como uma das alternativas de organização do mesmo, desenvolvida por instituições governamentais e não-governamentais.

A referida relação incide no interior das relações capital-trabalho na realidade brasileira, nos marcos do processo de reestruturação produtiva do capital e suas conseqüentes transformações no mundo do trabalho, mediante programas e projetos de geração de trabalho e renda, voltados para a qualificação e requalificação de trabalhadores para uma pretensa inserção competitiva no mercado de trabalho. O PRONAGER (Programa

---

\*Estudante de Serviço Social

Nacional de Geração de Trabalho e Renda) é um exemplo de programa governamental dentro dessa linha de atuação.

A política educacional de formação para o trabalho coloca-se então como uma das expressões da atual política de geração de trabalho e renda no combate ao desemprego e miséria no Brasil, em que se situa o incentivo à prática do cooperativismo e outros tipos de empreendimentos solidários, consubstanciados na relação entre Estado e sociedade civil.

Um ponto focal desse trabalho é a crítica em relação à constatação da capacitação como uma das linhas de atuação estatal em torno da questão da distribuição de renda e democratização das relações de trabalho e como possibilidade de acesso de grandes contingentes de trabalhadores ao mercado de trabalho, mediante financiamento de formas alternativas de organização produtiva em que se insere o cooperativismo.

## **2 A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E COOPERATIVISMO: elementos sobre a capacitação e o financiamento**

O que se pretende destacar como ponto de partida é a relação que se constrói entre o Estado e o cooperativismo considerando as políticas de geração de trabalho e renda em que a capacitação para o trabalho inclui o incentivo ao cooperativismo, como parte dos planos governamentais de formação do trabalhador para a empregabilidade. O cooperativismo há algum tempo vem fazendo parte da agenda do Estado, principalmente no atual governo em que é colocado como estratégia de “inclusão social” e desenvolvimento econômico da classe trabalhadora. Diante do quadro de desemprego estrutural e da exigência de trabalhadores extremamente qualificados pelos setores dinâmicos da economia, os não qualificados são relegados a informalização, e para estes o movimento no contexto da economia solidária se coloca como um caminho para a distribuição de renda e democratização na gestão do trabalho.

Questiona-se, no entanto, a intencionalidade desse tipo de ação estatal, considerando as saídas neoliberais em que o Estado se desresponsabiliza cada vez mais com as necessidades da classe trabalhadora transferindo à sociedade civil a tarefa de construção de respostas a essas necessidades.

Deste modo o cooperativismo, hoje, torna-se um movimento de desempregados, pois passa a constituir uma alternativa de trabalho para satisfação de necessidades sociais e econômicas deste segmento. Mas é preciso observar até que ponto este movimento é realmente uma arma sócio-econômica dos trabalhadores contra as formas de exploração dominantes ou um mero instrumento de reprodução do capital, por intermédio do Estado,

contribuindo para a reprodução do trabalhador como um potencial consumidor ou um mecanismo de controle sobre o trabalho utilizado pelo capital face às “ameaças” do desemprego em relação ao bom funcionamento do padrão de acumulação?

O apoio dado pelo Estado às instituições cooperativas passa necessariamente pela questão política e legal. A Constituição de 1988 coloca em um de seus artigos o compromisso do Estado em incentivar o cooperativismo e o associativismo, na forma da lei, ou seja, estabelece limites à atuação das cooperativas e do próprio incentivo estatal. O segmento cooperativo queixa-se, no entanto, de que as leis acabam favorecendo a empresa capitalista principalmente quando se trata de arrecadações da Previdência social e de que os procedimentos de formação e funcionamento das cooperativas são burocráticos e dificultam o desenvolvimento das mesmas.

Para Bocayuva (2001, p.95), a construção de um conjunto de políticas públicas favoráveis ao cooperativismo e ao associativismo deve passar pela: Inclusão do cooperativismo e do associativismo como elementos-chave para os projetos de desenvolvimento regionais das agências estaduais e municipais, assim como para as ações públicas definidas no orçamento participativo do Estado. E pela:

Definição de um tratamento mais flexível para grupos menores e informais que operam nas atividades de consumo popular, de bens e serviços, com vistas a facilitar a sua consolidação e incorporação nas redes mais fortes e junto aos novos lugares e instrumentos de fomento. (BOCAYUVA, 2001, p.95).

Essa questão se manifesta no suporte técnico dado pelos governos federais, estaduais e municipais ao sistema cooperativo, e se manifesta principalmente pela via da capacitação e do financiamento a iniciativas nesse campo. Os investimentos para esse sistema consubstanciam iniciativas pontuais e focalizadas, sendo que isto ganha ainda mais força na medida em que avança a reestruturação produtiva do capital e o conseqüente quadro de desemprego estrutural, acompanhado do desmonte das funções do Estado e eliminação de direitos sociais. Estes fatos relacionam-se ainda com a exigência de um novo tipo de trabalhador a partir da qual ocorre um redirecionamento das ações estatais em torno da criação de novas competências da força de trabalho, alterando assim o perfil da qualificação profissional e os paradigmas educacionais.

Nessa discussão entra o conceito de empregabilidade que Gentili (1999,p.90-91) enfatiza como sendo um conceito privatizador, na medida em que põe no indivíduo a responsabilidade de sobreviver competitivamente no mundo do trabalho e tira a questão do emprego, da responsabilidade social do Estado. Em outras palavras, a responsabilidade social torna-se responsabilidade individual. O citado autor coloca ainda que:

A tese da empregabilidade acaba também com a concepção do emprego como uma esfera de direito e passa a pensar o emprego como uma esfera de possibilidades... Podemos possuir determinadas condições empregatícias e nem por isso garantir nossa inserção no mercado de trabalho. (GENTILLI, 1999, p.90-91).

O trabalhador é lançado a sobreviver de forma competitiva no mundo do trabalho. Ele passa a ser responsável por seu sucesso ou fracasso no processo de emancipação econômica. Enquadra-se nesse contexto as alternativas autogestionárias para os trabalhadores a exemplo do cooperativismo, associativismo, dentre outros.

Pode-se inferir que o histórico papel do Estado, dentre outras políticas, no desenvolvimento de uma política educacional voltada para a formação básica e integral do futuro trabalhador vem perdendo força, dando lugar à proposta de educação profissional para a empregabilidade.

A capacitação para o trabalho no contexto do Plano Nacional de Formação do trabalhador (PLANFOR) em parceria com os Planos Estaduais de Qualificação (PEQs) dentro da proposta de educação profissional, lançada a partir de 1996, veio como resposta à necessidade de promover a competência dos trabalhadores para a empregabilidade num quadro de crise da produtividade do capital, flexibilização do trabalho e crescente aumento do desemprego.

Observa-se, a partir daí, o desenvolvimento de uma política de qualificação profissional viabilizada por órgãos governamentais e materializada por uma diversidade de cursos profissionalizantes, nem sempre levando em conta as vocações produtivas locais e regionais como estão preconizadas no discurso oficial, referentes ao setor agrícola e ao setor urbano, face às potencialidades das comunidades locais ou às demandas postas pelas mesmas. Dentro dessa proposta o cooperativismo é colocado como uma estratégia de concretização da organização produtiva dos trabalhadores “qualificados”, e considerado como possibilidade para a união de esforços em torno do objetivo de emancipação econômica.

O PROGER ou PRONAGER (Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda), que foi criado pelo Ministério do Trabalho com recursos do FAT, é um programa governamental que possui linhas de crédito direcionadas a trabalhadores do setor informal, ou seja, que atuem em empreendimentos de caráter familiar, autônomos, cooperativados, etc. O objetivo é através de cursos de formação profissional, incentivar esses trabalhadores a entrarem no setor formal tornando-se auto-sustentáveis. Além da viabilização do crédito são fornecidos cursos de treinamento e capacitação para que os projetos populares possam se autogerirem. O SEBRAE e o SINE são instituições que fornecem apoio técnico ao programa. Programas como este estão ligados à iniciativa do governo federal em efetivar políticas de enfrentamento ao desemprego e à chamada exclusão social.

A forma de articulação entre Estado e capital, a partir das reformas neoliberais visa combater a inflação e ajustar as dívidas externas e internas, em detrimento da promoção ao pleno emprego. O atual processo de reestruturação capitalista transforma as políticas de promoção do pleno emprego de inspiração social-democrata e Keynesiana do Segundo Pós-Guerra em políticas públicas de trabalho e renda ou políticas de mercado de trabalho posto que enfatizam intervenções pontuais e focalizadas no mercado de trabalho e, ainda, com medidas de flexibilização das relações trabalhistas.

Significa dizer que, de um lado, as políticas de emprego eram voltadas a manter os níveis de emprego e renda e tinham uma perspectiva universalista que preconizava a ampliação do acesso aos serviços públicos, a proteção social, o aumento de salários e a redução das desigualdades sociais e do outro, que as atuais políticas de trabalho e renda pautam-se em estratégias e ações focalizadas em determinados grupos ou regiões.

Assim, entre estas últimas as políticas de formação profissional no enfrentamento ao desemprego se apresentam como resultado da necessidade de adaptar a qualificação do trabalhador à flexibilização das relações de trabalho e às novas exigências do padrão vigente de organização do trabalho e da produção.

Nesse contexto, a educação e a formação profissional que antes tinham o papel de integração social do indivíduo, preparando-o para o pleno emprego, perdem espaço e dão lugar à promessa da empregabilidade, dentro de uma lógica privada em que o indivíduo deve adquirir competências e capacidades de se inserir competitivamente no mercado de trabalho, inclusive encontrando alternativas coletivas e organizadas ao desemprego.

Deste modo, no intuito de encontrar saídas ao problema do desemprego e miséria no país, o cooperativismo é tomado como estratégia para solucionar esse problema. A atuação estatal em relação à população desempregada e até mesmo àquele segmento considerado inintegrável no padrão vigente de acumulação capitalista é a de implementar políticas de geração de trabalho e renda aliadas à política de qualificação profissional com o objetivo de possibilitar a integração desses segmentos sociais no mercado de trabalho.

A ação governamental nesse sentido tem sido representada, inclusive, através da atuação de órgãos como o DENACOOOP, um departamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento especializado nas questões do cooperativismo e associativismo rural. Esse órgão tem a função de promover e fortalecer esses segmentos como importantes geradores de emprego e renda para o país. Principalmente no atual governo federal, vêm sendo implementadas várias políticas públicas para o cooperativismo, visando solidificar e expandir o sistema. Para tanto, foram instituídos alguns programas e projetos, desenvolvidos com a finalidade de potencializar o cooperativismo, passando pela capacitação, através de treinamentos e cursos que propiciem a formação e a troca de experiências relacionadas ao cooperativismo.

Para o atual governo, o cooperativismo coloca-se como um meio para realizar a reestruturação do modelo de desenvolvimento do país. O movimento aparece como uma das propostas de governo no combate à pobreza e desigualdade social. Segundo o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, no caderno de propostas da candidatura:

O cooperativismo é uma forma eficiente de organização para produzir riqueza e prestar serviços e oferece uma possibilidade concreta de geração de ocupação e renda, possibilidade baseada no uso dos potenciais produtivos das comunidades em que atuam.

A pauta deste novo governo tem sido o fomento ao cooperativismo e a discussão sobre a consolidação de políticas cooperativistas, sendo que a OCB (Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão) e o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem sobre o Cooperativismo) têm sido alguns dos principais parceiros do governo.

Em síntese, a ideologia utilizada pelo Estado no desenvolvimento dos projetos de geração de renda é a de que os indivíduos devem buscar sua emancipação econômica através da ajuda mútua e da cooperação. Daí a necessidade de criar empreendimentos autogestionários para o desenvolvimento econômico de comunidades carentes. E, nesse sentido, os princípios históricos da cooperação e solidariedade inerentes ao cooperativismo são negados e este passa a integrar as estratégias neoliberais de enfrentamento do desemprego e implementação do processo de terceirização.

### 3 CONCLUSÃO

Diante do acima exposto conclui-se que, a política de geração de emprego e renda aliada à capacitação e ao crédito popular, em que se insere o incentivo à implementação de experiências cooperativistas, por si só não tem se mostrado uma alternativa viável e capaz de atenuar consideravelmente o problema do desemprego e miséria no país.

Observa-se que mesmo capacitado o trabalhador é levado a se conduzir sozinho e de forma competitiva no mercado sem, no entanto, dispor dos instrumentos e meios de produção suficientes para seu desenvolvimento econômico-produtivo. São necessárias as condições materiais para que os empreendimentos cooperativos possam concorrer livremente no mercado capitalista.

Na prática, a citada política acaba limitando-se ao processo de capacitação o que, por sua vez, não garante condições para inserção do trabalhador no mercado de trabalho. As capacitações por si só acabam conduzindo o trabalhador a um processo de

informalização, mas a retórica oficial é que o cooperativismo apresenta-se como uma possibilidade concreta de formalização da produção e do trabalho desses sujeitos “capacitados”.

Considera-se ainda que, há uma descontinuidade nas ações estatais no incentivo à criação e desenvolvimento de cooperativas dentro da política de geração de trabalho e renda, pois geralmente são realizados vários cursos profissionalizantes, sendo que ao final os “capacitados” são sensibilizados a se organizarem em cooperativas sem, no entanto, terem tido uma capacitação voltada especificamente para o trabalho associado e cooperativo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. Brasília: OIT, 2001. 196 p.

BOCAYUVA, P, C, C. Pensando uma política pública de geração de trabalho e renda. In: VEIGA, Sandra Mayrink. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001. p. 91-96.

CHAHAD, José Paulo Zeetano; PICCHETTI, Paulo (orgs). **Mercado de Trabalho no Brasil**: padrões de comportamento e transformações institucionais. São Paulo: LTr, 2003.

COSTA, Cândida (org) **Dimensões do Trabalho**: extratos da produção acadêmica na UFMA. São Luís : EDUFMA, 2000.152p.

FAUSTO, Ayrton; PRONKO, Marcela (orgs). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda na América Latina e Caribe**. Brasília: FLASCO/Brasil; Editorial Alvaré, 2003.596p.

GUIMARÃES, Gonçalo (org). **Sindicalismo e Cooperativismo. A Economia Solidária em Debate**: transformações no mundo do trabalho. São Paulo: UNITRABALHO/COPPE/UFRJ, [199?].

LIMA, Valéria Almada. Estado e Reestruturação Capitalista: o novo perfil das políticas públicas para o trabalho. **Revista Série Políticas Públicas em Debate**, São Luís, UFMA, v.1, n. 2, p.7-18, 2001.

GENTILLI, Pablo. **Conceito de “empregabilidade”**. In: LODI, Lúcia Helena (org). **Avaliação do PLANFOR**: uma política pública de educação profissional em debate. São Carlos: UNITRABALHO, 1999.144 p.

PEREIRA, Armand; FREIRE, Luciene; LAGANA, Lizzie. **Cooperativas**: mudanças, oportunidades e desafios. Brasília : OIT. 2001.196p.

SOUZA, Salviana de Maria Pastor Santos. **Educação Profissional no Brasil**: centralização e descentralização no processo de gestão das políticas governamentais. 2004.Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005

\_\_\_\_\_. **Desenvolvendo Competências para o Trabalho Incerto: um dilema atual do Estado brasileiro.** *Revista Série Políticas Públicas em Debate*. São Luís, UFMA, v.1, n. 2, 2001. p.21-31.

VOGEL, Arno e YANNOULAS, Silvia C. (orgs). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda e Controle Democrático: a qualificação dos conselheiros estaduais de trabalho no Brasil.** São Paulo: UNESP, 2001.